II - Potência dos pobres

Literatura de multidão como estratégia de leitura da narrativa brasileira contemporânea

Luciano Barbosa Justino

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

JUSTINO, LB. Literatura de multidão como estratégia de leitura da narrativa brasileira contemporânea. In: *Literatura de multidão e intermedialidade: ensaios sobre ler e escrever o presente* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 131-157. Literatura & Interculturalidade series. ISBN 978-85-7879-240-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

LITERATURA DE MULTIDÃO COMO ESTRATÉGIA DE LEITURA DA NARRATIVA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Não deixa de ser uma ironia que exatamente quando o discurso do pós-modernismo decretou o fim das narrativas, grandes e pequenas, elas continuem em toda parte, inclusive na literatura, seu gênero discursivo de maior legitimidade e, sob muitos aspectos, seu maior opositor.

Na literatura brasileira contemporânea, desde o início dos anos 90 do século passado, proliferam narrativas. Isto atesta que na produtividade dos sistemas da cultura e de suas relações, as coisas não se resolvem nem por decreto nem pela pura e simples consciência de seu viés ideológico e de sua limitação semiótica.

Chamo-as literatura de multidão porque têm em comum serem narrativas que multiplicam o número de personagens na trama semiotizando uma “quantidade infinita de encontros”, de ações que potencializam contatos.

Pressupõem ou tornam inelutáveis horizontes dialógicos e contraditórios ao multiplicarem o número de personagens na trama e os seus percursos pela cidade; os gêneros, as formas, os formatos; o *locus* e o interlocutor.

Parto da hipótese de que nestas narrativas são encenadas as formas do viver cotidiano no Brasil do “pós”, o que faz delas tanto um

sintoma quanto uma utopia deste mesmo Brasil, no sentido jamesoniano de que todo produto da cultura é ao mesmo tempo ideológico e utópico.

São narrativas de muitos, em estado de copertencimento. Os muitos são tanto do lugar, partilham uma vizinhança próxima e os problemas comuns de toda proximidade, quanto operam no cotidiano com diversos alhures, econômicos, culturais, linguísticos, tecnológicos, literários.

Mas não deixam de estar atados aos lugares e às suas demarcações na ordem urbana e social. A “partilha” desigual dos espaços da cidade funciona como uma espécie de memória do presente, memória de curto prazo? Que, de acordo com a situação, reforça, reconfigura, reinventa identidades e pertencimentos estratégicos.

A multidão e seus muitos

Para Paulo Virno (VIRNO, 2013, p.13), a semiose própria da multidão é o “lugar-comum”, ao qual recorrem os muitos. O lugar comum é a forma própria do trabalho imaterial nas sociedades contemporâneas. O comum é o fundamento da partilha e o que o define é a cooperação, é o comum que torna a multidão cooperante, ele vincula, torna exterior e coletiva a vida, com suas muitas singularidades e produção de subjetividade.

Os vínculos não estruturam um movimento centrípeto e homogeneizador. A multidão que produz o comum é também centrífuga, daí ser a localidade, sobretudo o espaço da cidade, tão importante e tão problemática em virtude dos deslocamentos serem ininterruptos.

É a presença ou a prevalência do comum como vinculante nestas narrativas que levanta um grande problema para a tradição literária moderna.

Para dar conta dessas narrativas, parto de uma crítica da crítica que as tem como foco, propensa ao que considero 2 equívocos: 1) peso excessivo dado à supremacia do realismo e da violência articulados à

influência da cultura de massa e 2) esgotamento do sentido das obras nas ações dos protagonistas e nos modos de contar dos narradores.

Problemáticas, literariamente, a se tomar a régua da teoria e da crítica literárias, quero nelas propor uma abordagem diferente de seu persistente realismo, dando especial importância à produtividade dos personagens secundários, que são a força centrípeta da multidão e centrífuga do protagonismo.

Minha abordagem e meus caminhos são transversais. Proponho uma espécie de atravessamento do olhar da crítica sobre estas obras na medida em que tento observar a partir de outro foco os personagens secundários e seus modos de vida, sua relação com a linguagem, com os movimentos de sentido do narrador e do personagem principal, sua tendência a ser o “subalterno da subalternidade”, tratados como “bichos-soltos”, “bandidos”, “paraibas”, “negona gostosa”.

Personagens que quase não falam e são enquadrados por um ponto de vista muito particular do narrador, geralmente associados ao crime, à gratuidade das ações, certa crueldade, às vezes deficiência mental e estigmatização pela cor ou pela origem geográfica.

Foi no conceito de *communitas* (2003) de Roberto Esposito que encontrei a formulação teórica, antropológica e filosófica, da primeiridade dos segundos, para fazer um trocadilho peirceano. Esposito propõe ser a comunidade um débito, no sentido de que devo a um outro o reconhecimento de minha própria subjetividade, é este outro que exterioriza minha subjetividade e interrompe a minha clausula. Em todos os aspectos, ele me precede.

La comunidad no puede pensarse como un cuerpo, una corporación, una fusión de individuos que dé como resultado un individuo más grande. La comunidad no es un modo de ser. No es su proliferación o multiplicación. Pero si su exposición a lo que interrumpe su clausura y lo vuelca hacia el exterior, um vértigo, una síncope, um espasmo em la continuidad del sujeto (ESPOSITO, 2003, p. 32).

Procuro a potência desta multidão proliferante de segundos que “interrumpe su clausura” e que não encontro na instigante crítica contemporânea que tem a literatura brasileira como objeto de análise.

Contudo, esta crítica me ajuda bastante. De certo modo é dela que parto, sobretudo a respeito de um ponto importante: a articulação entre um certo “retorno do real”, para falar com Hal Foster, e a violência urbana tratada com requintes de crueldade sob uma roupagem neonaturalista.

Recuso, porém, as abordagens que privilegiam quase que exclusivamente o estudo da violência e do realismo, sempre centrando o foco no narrador ou no personagem principal. Por isso, embora as reconheça como uma demonstração do alto nível de pertinência e de urgência bem como da riqueza dos debates na área, considero-as insuficientes.

O foco na superfície da violência nos impede de ver os outros horizontes de produção de sentido que passam ao largo dela e que com ela negociam não de modo simples, sobretudo os movimentos que vêm de baixo e de lá se produzem.

A violência contém necessariamente uma dupla contraparte, a luta contra ela e ser ela mesma uma estratégia das lutas. Estou convencido de que nestas narrativas a violência não pode ser um fim em si mesma, muito menos uma chave-mestra explicativa da obra. Repito: ela é também uma estratégia de luta...

Interesso-me, por exemplo, no modo como Rosa Maria, a irmã de Inferninho, protagonista de *Inferno* de Patrícia Melo, organiza estratégias, por meio da dissimulação e de um aparente discurso conformista, para fugir da violência simbólica de sua mãe, que a quer inserida sem atropelos no mercado de trabalho capitalista, e da violência física de seu irmão, construindo para si alternativas de aquisição de renda e de afeto, além de outros usos do espaço rigidamente demarcado da cidade.

À tese da cidade partida em dois eixos de exclusão recíproca, considero um outro problema, na medida que centro e periferia se atravessam continuamente, convivem na mutualidade do trabalho

cotidiano. As periferias não só circulam pelos centros, como os centros, através inclusive de suas máquinas potentes de alta tecnologia, fazem parte do dia a dia das periferias. Como sugere Paolo Virno, os binarismos devem eles mesmos ser historicizados como parte do nascimento de nossa modernidade (VIRNO, 2013, p.8).

Em *Cidade de Deus*, interessa-me menos Inferninho e seu bando de traficantes assassinos, e mais personagens como Ana Rubro Negra, o travesti irmão do protagonista, e Fernanda, a “negona gostosa”, pessoas comuns que produzem seus lugares comuns e suas formas de resistência, tratados pela obra, o que em outras palavras quer dizer, a “instituição” da obra, como meros coadjuvantes que só aparecem para reforçar, tornar mais verossímil e verdadeiro, o viés dos narradores e o modo como “inventam” seus protagonistas, o alvo predileto de nossa melhor crítica.

Recuso a saída estética. A hierarquia do critério estético é ela mesma um sintoma da crise que estas narrativas abrem para o campo literário e seus pressupostos, passível ela mesma de análise.

Precisamos reaprender a procurar outras coisas nos livros. Fazê-los dizer o que eles não andam dizendo, não obstante digam, pois tanto um livro quanto a literatura em geral são eles mesmos produtores de subalternidades, e de resistências e insurreições contra elas.

Na literatura de multidão, na medida que a densidade demográfica dos espaços onde as cenas são encenadas abriga os narradores e seus protagonistas em inevitáveis relações de alteridade, e elas são de toda ordem, há bem mais que a violência operando, há relações de tantos tipos, vividas por nordestinos, donas de casa, prostitutas, operários, comerciantes, estudantes, desempregados, alcoólatras, esportistas, inclusive traficantes e assassinos.

Vou buscar um outro olhar sobre elas em autores, como Giuseppe Cocco, quando, ao tratar do “devir-mundo do Brasil”, recusa o foco na miséria, na pobreza e na violência e defende uma “ética da potência dos pobres”; (2009, p. 42); e em Licia Valladares, quando questiona aquilo que chama de “invenção da favela” no discurso médico, urbanístico e sociológico do Brasil desde o início do século XX: “É no singular que se

pensa a favela, na literatura científica, na ficção e, sobretudo, na ação. A representação social dominante só reconhece ou trata a favela como um tipo singular e não na sua diversidade” (2005, p.151).

Não obstante o debate instigante sobre o realismo e a violência, a favela e seus correlatos só existem no estigma e fora de sua riqueza, seus outros horizontes e suas horizontais continuam invisibilizados.

Se as narrativas tendem a singularizar e homogeneizar, pelo estigma, os pobres, a crítica não deve fazê-lo às avessas, referendando um fazer sentido que só por essa singularização, da violência e do realismo, passam. Nas palavras de Giuseppe Cocco, é preciso reconhecer nelas “o terreno da multiplicidade como um terreno produtivo, que integra sem mediações os processos de subjetivações e de mobilização produtiva” (2007, p.2).

Em síntese, quero sair dos sujeitos e de sua representação e compreender os processos que atravessam estes sujeitos e os produzem, mas, no entanto, não podem ser reduzidos a eles.

Isto posto, embora não o minimize na vida cotidiana, o tema da violência não é para mim o que mais interessa porque a sobredeterminação do ato violento ou a transformação da violência em tema principal das narrativas merece ela mesma uma análise.

Se olharmos com “olhos livres”, das amarras da obra e da própria literatura, veremos algo mais, capaz inclusive de lançar nova luz sobre a violência como tema contemporâneo. Atravessando a violência e o ato-limite, imiscuindo-se nela, por ela e para além dela, há algo mais nesse élan narrativo, há “a vida em toda a sua diversidade, em toda a sua inesgotável riqueza de variações”, para usar as palavras de Walter Benjamin.

Nelas, percebe-se um certo meio ambiente, um certo modo de produção de subjetividade e identidade, demandas coletivas, culturais, econômicas, uma nova relação com a temporalidade e com a própria história, oficial, da Nação.

Embora na maior parte delas sobressaíam núcleos temáticos excepcionais, casos-limite, procuro a vida do homem comum das cidades brasileiras contemporâneas, através mesmo da superabundância dos “lugares-comuns”, de funções-clichê, que as faz exagerarem no

pormenor e no descritivismo neonaturalista, onde a crítica tem feito a conexão reiterada e negativa com a mídia, com a “sociedade do espetáculo”, a “indústria cultural” e seus correlatos, mas que considero redutoras.

Instigam-me nelas a representação de um trabalho material e imaterial loquaz, dezenas de personagens vivendo vidas ordinárias, no mais das vezes contra alguma espécie de ordem e ao mesmo tempo radicalmente inseridos nelas, produzindo ininterruptamente num ambiente dialógico – no sentido bakhtiniano do termo –, cujas negociações inevitáveis são de solidariedade, de confronto ou da mais pura indiferença, mas que se produzem, sempre, coletivamente.

Para recusar a centralidade do personagem principal e das ideologias do narrador, pretendo começar desencadernando a obra. Colocá-la de ponta cabeça, ser dela um leitor não pressuposto, fazendo sobressair o que é menos importante, os “chistes” de autoria, a secundariedade de certo personagem frente ao protagonista, leitura que esquece o código que lhe é próprio e encontra o que *assignifica*.

Dar crédito a personagens que aparecem para dizer poucas palavras e viverem pequenas e insignificantes ações, mas capazes de darem pertinência à narrativa, basilarem sua “superestrutura”, sem o que nem a verdade do protagonista e do narrador, nem a “moral da forma” fazem sentido.

O crítico deve fazer leituras “impertinentes”. Conforme o *Aurélio*: “que não vem a propósito, estranho ao assunto de que trata, descabido, inconveniente, inoportuno, ofensiva”. Ir além-aquém dos movimentos de sentido que a narrativa quer fazer sobressair e aos quais dá primazia, não cair nas armadilhas ideológicas da “comunidade discursiva” da obra travestida de narrador e de personagem principal.

Se, em literatura, o romance inventa o sujeito moderno, “forma do desenraizamento transcendental” (Lukács), a ele corresponde uma crítica literária e de modelo de leitura que busca traduzir as operações, as ideologias, da obra e que tem nisso parte de seu mérito. Sob este aspecto, a crítica é tão mais pertinente quanto mais *reiterante* for tal tradução, a que a obra construiu de si mesma. É por isso que a crítica

literária do modernismo e após é também uma crítica do sujeito, ao centrar fogo no protagonismo do protagonista, ela mesma, a crítica, está envolvida em outros agenciamentos protagonísticos, do autor, da obra, do campo literário etc etc.

A produtividade dos muitos na obra exige do crítico a observação de fatos difusos, uma realidade cuja complexidade jamais pode ser reduzida ao ponto de vista do um, seja o narrador, o protagonista ou o autor, posto como foco ou núcleo pregnante da narrativa.

Um exemplo: o episódio envolvendo Claudino, “um mulato bar-rigudo”, amigo de Anísio, o jovem contratado por Alaor e Ivan para assassinar o sócio em *O invasor*, de Marçal Aquino.

Claudino quer abrir um bar na periferia, mas não tem dinheiro. Solidário, Anísio promete-lhe um empréstimo na corretora. O episódio desencadeia um diálogo perigoso entre os três, na presença do “mulato [que] permanecia sentado de cabeça baixa. Parecia constrangido com a situação”, abre uma nova temporalidade na narrativa e redefine o papel dos protagonistas na trama.

Claudino não diz uma única palavra ao longo do episódio e da narrativa, na qual não aparece mais. Contudo, a entrada em cena deste personagem é ricamente significativa. Seguir o caminho dos 3 protagonistas, um deles o próprio narrador Ivan, é uma das leituras possíveis da narrativa. Claudino abre um outro flanco, ou melhor, permite ver a partir de outro viés não só o que une Ivan, Alaor e Anísio, as muitas demandas que os envolvem e os pressionam.

Claudino, não sendo protagonista, sendo a semiotização mesma do subalterno e do “homem comum”, tem para mim mais peso na narrativa do que os protagonistas, pois é nele que vou encontrar a potência dos pobres enquanto multidão proliferante, à revelia das próprias intenções da obra.

Por isso, chamo essas narrativas de literatura de multidão.

Em um sentido mais geral, a multidão desafia qualquer representação por se tratar de uma multiplicidade incomensurável. O povo é sempre representado como unidade, *a multidão não é*

representável, ela apresenta sua face monstruosa *vis a vis* os racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade. Ao contrário do conceito de povo, o conceito de multidão é de uma multiplicidade singular, um universal concreto. O povo constitui um corpo social, a multidão não, porque a multidão é a carne da vida. Se por um lado opusemos multidão a povo, devemos também contrastá-la com as massas e a plebe. Massa e plebe são palavras que têm sido usadas para nomear uma força social irracional e passiva, violenta e perigosa, que justamente por isso é facilmente manipulável. Ao contrário, a multidão constitui um ator social ativo, uma multiplicidade que age (HARDT; NEGRI, 2005, p. 18).

A multidão contemporânea não está composta nem de “cidadãos” nem de “produtores”; ocupa uma região intermediária entre “individual” e “coletivo”; e por isso já não é válida, de modo algum, a distinção entre “público” e “privado”. É por causa da dissolução destas duplas, dadas por óbvias durante muito tempo, que já não é possível falar mais de um *povo* convergente na unidade estatal. Para não proclamar estribilhos de tipo pós-moderno (“a multiplicidade é boa, a unidade é a desgraça a evitar”), é preciso reconhecer que a multidão não se contrapõe ao *uno*, mas que o re-determina. Também os muitos necessitam de uma forma de unidade, um *Uno*: mas, ali está o ponto, essa unidade já não é o Estado, senão que a linguagem, o intelecto, as faculdades comuns do gênero humano. O *uno* não é mais uma *promessa*, mas uma *premissa* (VIRNO, 2013, p. 8).

Antonio Negri (2005, p.23) pensa o que chama de “potência ontológica da multidão” em 3 frentes: 1. No trabalho, sobretudo imaterial, porque o saber é sempre um “excedente” aos valores de mercado do

trabalho material, e hoje define a força-trabalho na pós-modernidade; 2. Na experiência do comum, que tem na linguagem e nas interações sociodiscursivas seu *locus*; 3. Na pós-modernidade como experiência global que, se mundializa a produção capitalística, também potencia-liza sua resistência planetária.

No plano da linguagem e da literatura como um de seus gêneros do discurso privilegiado, a multidão se alimenta e só existe de fato enquanto devir do comum que queremos crer hoje assume a forma de uma permanência do realismo na literatura brasileira contemporânea. Por hipótese, o realismo é o devir do comum desta multidão contemporânea, é a forma semiótica da partilha e da cooperação.

Na narrativa, a multidão difere da massa e do povo porque houve uma mudança significativa nas relações entre trabalho material e imaterial nas urbanas sociedades contemporâneas, nas quais a narrativa desempenha um papel privilegiado (ao contrário do que diz o *vulgo academicus* sobre sua morte).

A massa submerge todas as diferenças, ela é cinzenta e se move em uníssono (HARDT; NEGRI, 2005), não tem singularidade e no limite é improdutiva. O povo é essencialista, unidade inventada na origem do Estado-Nação, é etnolinguístico, etnocêntrico e monossemiótico.

Nem um nem outro dá conta da pluralidade de formas de vida e demandas de diversas ordens, materiais, de educação e letramento, econômicas, políticas, profissionais, subjetivas, ambientais, de gênero e de etnia, sob o contemporâneo.

Contudo, a multidão não pode ser entendida como um fim, o resultado lógico da expansão do capitalismo tardio e de suas contradições, conforme nos mostrou a crítica de Beatriz Sarlo (2002). Ela é uma premissa, um ponto de partida, não de chegada, a partir de onde podemos dar conta das operações, pensá-las em seu construtivismo ininterrupto num espaço que é necessariamente de luta. Alimenta-se do conflito por liberdade e inclusão, por igualdade de direito, dos quais nasce boa parte da violência (YOUNG, 2002). De saída, ela coloca a literatura em uma zona explícita de conflito.

Por isso, a literatura de multidão é uma literatura do pormenor e de uma fluência oral diversa do trabalho artístico pressuposto na Literatura (devemos grafar agora com L maiúsculo) e do olhar do pesquisador que precisa mudar de óculos ou pelo menos suspendê-los. Na medida em que é produzida por uma “quantidade infinita de encontros” e pressupõe horizontes dialógicos e contraditórios, a literatura de multidão expande o número de personagens na trama e os seus percursos pela cidade, mas mesmo que não o fizesse, como não raro acontece, a produção de subjetividade contemporânea é necessariamente polifônica, inclusive sob a forma do monólogo. Na tagarelice da multidão contemporânea, mesmo sozinho, nunca se está só.

Trata-se de observar como a multidão aparece configurada sob o enredo e a linguagem, como a literatura se transforma na multiplicidade, não só do “personagem principal” ou do narrador tratando do tema, mas, como o mundo da vida faz indício no e para além do enunciado, personagens de nada, pequenos atos ordinários, utopias de consumo e de reconhecimento, cujo aparecimento pode se dar em apenas uma página, um parágrafo, um átimo de voz na boca do narrador.

A literatura de multidão mostra que o nomadismo contemporâneo, tão metaforizado nas últimas décadas, não encontra zonas sem vínculos, zonas virgens, “desapropriadas”. Até os terrenos baldios têm dono, embora nunca deixem de ser ocupados e invadidos, ou seja, no limite, nenhum terreno é baldio.

Os contatos estão em toda parte, mas são sempre históricos e fazem *linkagens* de toda espécie, territoriais, étnica, de gênero e sexualidade, nacionalidade etc etc., construindo negociações complexas que não são de todo “móveis” ou aleatoriamente removíveis.

Se as elites econômicas internacionais mobilizam o individualismo através de um certo padrão de juventude e do turismo, têm que lidar com as demandas de jovens outros num espaço territorial juridicamente demarcado, que, em última análise, não é exclusivamente espacial.

É por isso que a literatura de multidão é uma literatura que coloca o problema da fronteira e da alteridade como um de seus aspectos mais instigantes. Narradores, personagens e protagonista atravessam zonas que compõem agenciamentos sociais vários que os obrigam a refletir e ponderar sobre como agir numa zona de “pedágios”.

As fronteiras são necessariamente ambíguas e funcionam como pontes, espaços de faixa contínua, por onde é proibido ultrapassagem, e zonas de fluxos. O território não deixa de ter um nome próprio, uma identificação.

Sem discordar por completo da tese do nomadismo e dos não-lugares contemporâneos, a superabundância de linguagem que impregna nossa vida diária exige pactos comunicativos, que contém permanências, funções sociais reiterantes, codificações, sistemas.

O local não é por isso amontoado de ruínas e novidades, ele possui uma estruturalidade. Nas palavras de Glória Diógenes:

Ganhar visibilidade, fazer excessiva essa visibilidade torna-se não apenas um modo de romper os muros e os signos do “estigma territorial” como também de transposição de dinâmicas localizadas, estancadas nos bairros segregados, para as tramas globais do registro público. É então que o estigma territorial, marca classificatória, produtora de *invisibilidade negativa*, mobiliza os jovens moradores dos espaços segregados, territorialmente e socialmente, a “positivizar” tais referentes, produzindo “confrarias de proscritos” denominadas, quando as práticas de violência tornam-se recorrentes, de *ganges*. A “desterritorialização” produzida na dinâmica segregadora da cidade torna-se, através da experiência das *ganges*, um modo “avesso” de “re-territorialização” (DIÓGENES, 1998, p.41).

Se, como sugeriu Eric Landowski, nada para o humano está fora da significação, se “a única coisa que pode realmente nos estar presente

é o sentido”, nunca houve tanta carência de fazer sentidos, e eles se fazem por toda parte.

Literaturas

Na literatura de multidão, outras histórias e outros vínculos pululam e precisam ser observados e discutidos, cujas relações com a tradição e com o campo literário é indireta. O diálogo com a cultura de massa é mais recorrente que a referência aos grandes autores e seus modelos de escrita. Clichês televisivos e da literatura comercial e referências à música popular são recorrentes. A ausência quase total de “literariedade” em algumas dessas narrativas é espantosa, para os profissionais das Letras.

Não negligencio as semióticas literárias nem as nuances em torno da mimésis e da representação, meu interesse por elas é lateral e de segunda ordem, embora as reconheça como importantes.

Também não creio na vicariedade e na transparência do signo. Meu objetivo não é fazer uma apologia destas narrativas à luz da crise e do fim da representação. Este problema “literário” e “semiótico”, deixo para os pensadores da literatura e da arte, que saberão fazer melhor uso dele.

Procuro outra coisa. O que procuro são as formas de vida postas a funcionar sob a narrativa, diria até vulgar, dos lugares-comuns na literatura contemporânea brasileira a partir de onde se pode observar a produção, material e imaterial, da multidão sob o capitalismo em seu estágio atual.

Precisamos percorrer um caminho transversal à ótica voltada para os princípios norteadores da grande tradição da literatura internacional e articular as escritas às vidas e às demandas coletivas e individuais.

Os *bios* que teimam em problematizar a literatura não estão apenas naquelas obras em que alguma espécie de eu assume o relato. A obra só é possível articulada às vidas que a tornam possível.

A literatura de multidão me convence de 2 coisas: que a literatura é também uma forma discursiva representacional da vida e, noutra dimensão e numa perspectiva assumidamente biopolítica, que a relação com ela diz respeito às direções políticas da vida cotidiana que no limite não separa o trabalho material do trabalho intelectual e artístico.

Se a literatura é um campo do saber com suas próprias lógicas de validação, democratização e privilégio, é aqui mediadora de relações biopolíticas através das quais transita o pesquisador da literatura lotado nos Departamentos de Letras, o escritor que a produz com sua parcela de ficcionalidade ou confissão e labor, o leitor com sua singularidade e suas próprias negociações no comum.

A dissociação da subjetividade e da historicidade do pesquisador do objeto da pesquisa é paralela à dissociação da vida do autor da autonomia da sua obra, conforme o campo artístico-literário construiu criticamente ao longo do longo século XX.

Biopolítico quer dizer que as divisões tradicionais das esferas da vida, econômicas, políticas, afetuais, profissionais etc., estão recusadas tacitamente. Elas só podem ser compreendidas enquanto integradas. Se vou buscar na ciência política o conceito de multidão é porque ele me dá a oportunidade de pensar a literatura em sua economia não exclusivamente econômica, que envolve e afeta diversos aspectos da produtividade da vida social.

Considero-as paradigmáticas de uma mudança na “economia global” da literatura. Com elas quero pensar o “caso” brasileiro em particular a partir de demandas que são pouco estéticas ou literárias. Em outras palavras, enfocar a literatura num contexto de igualdade de oportunidades de resistências que a têm, neste caso, como demanda e espaço de luta.

Já afirmei que são narrativas de encontros com a alteridade, não raro com as pechas do preconceito e da exclusão. Observar, por exemplo, o papel desempenhado pelos nordestinos, como os narradores e os personagens os tratam e, por sob a superfície do enunciado, como os nordestinos produzem seu modo de vida enquanto “margem da

margem”, exercem sua potência produtiva para além dos níveis de trabalho capitalista, é sem dúvida uma tarefa das mais importantes a se fazer.

Nelas, o empobrecimento não deixa de produzir uma “arte de viver”. O “homem comum”, que no mais das vezes não é o personagem, como no romance moderno, mas o próprio escritor, negocia com este mesmo comum e não na diferença como valor em si, da qual se alimenta a literatura desde os modernismos.

Posto a funcionar num espaço explícito de conflito, no qual o singular só se conjuga no plural, o texto literário perde sua estabilidade. A Literatura (com L maiúsculo) se abre para o indefinível. Já não falamos da mesma coisa quando falamos literatura. O indefinível quebra todo acordo tácito sobre o que podemos nomear de texto literário, a partir de que valores e critérios, a partir de quais entradas, e saídas, com quais “ecos”.

Sob este aspecto, considero pertinente a diferença sugerida por Dominique Maingueneau entre um “discurso literário” e uma “discussividade literária” (2006).

Discurso literário é um certo modo de produção, circulação e consumo de “textos ditos literários”, um certo modo de tratá-los, instituídos na modernidade por uma aristocracia ou burguesia esclarecida, através de coleções literárias, de uma imprensa especializada, editores, escritores célebres e profissionais das letras. Um sistema constituído, lembrando Bourdieu, por aparelhos, arquivos e meios, posições e memória.

Hoje, no cadáver do pós, que morreu no primeiro governo do presidente Lula, a literatura de multidão toca na instabilidade deste “sistema”, alimenta-se da generalização das atividades de escrita, das novas relações de contato, via internet, entre escritor e público, dos pertencimentos instáveis das conquistas do modernismo radical. O escritor não está mais diante da língua e da Literatura, mas de uma quantidade infinita de cabos de força e máquinas de produção de linguagens e de mercadorias.

Enquanto literatura dos muitos, a literatura de multidão retira o privilégio da escritura das mãos do intelectual branco formado na cultura letrada de origem europeia e recusa a supremacia do discurso literário, assumindo a “discursividade literária” ao acolher as mais “diversas configurações escritas e narrativas, admitindo assim uma irreduzível dispersão *de* discursos literários” (MAINGUENEAU, 2006, p.9).

A discursividade literária da literatura de multidão, uma maneira ao mesmo tempo pirata e democrática de dispersão dos textos para além do campo literário, pode ser pensada como a interação tensiva de instâncias genéricas, intertextuais e intersemióticas, de modos de vida e de posicionamentos, cenas de enunciação, relações com destinatários e com suportes materiais de inscrição específicos, modos de circulação e de institucionalização de obras, relações com a vida e o trabalho, material e imaterial, não coincidentes com a estrutura análoga no campo literário.

O discurso literário se estrutura em pelo menos 3 individualidades, 1) da obra como imanência estável; 2) de um campo relativamente autônomo e 3) de um criador soberano; disseminadas numa comunidade discursiva detentora da “hegemonia intelectual do mundo das letras”, nas palavras de Pascale Casanova, e que legitima o universal literário encarnado em objetos cujos grandes modelos, os clássicos, são também os textos fundadores das nações modernas:

Os “clássicos” são o privilégio das nações literárias mais antigas que, após constituírem como intemporais seus textos nacionais fundadores e definirem desse modo seu capital literário como não-nacional e não-histórico, correspondem exatamente à definição que elas próprias deram do que deve ser necessariamente a literatura. O “clássico” encarna a própria legitimidade literária, isto é, o que é reconhecido como A literatura, a partir do que serão traçados os limites do que será

reconhecido como literário, o que servirá de unidade de medida específica (CASANOVA, 2002, p.30);

Esse imenso edifício, esse território percorrido muitas vezes e sempre ignorado, permaneceu invisível por repousar em uma ficção aceita por todos os protagonistas do jogo: fábula de um universo encantado, reino da criação pura, melhor dos mundos onde se realiza na liberdade e na igualdade o reinado do universal literário. Foi até mesmo esta ficção, credo fundador proclamado no mundo inteiro, que ocultou até hoje a realidade das estruturas do universo literário. O espaço literário, centralizado, recusa-se a confessar sua situação de “intercâmbio desigual”, para usarmos os termos de Fernand Braudel, e o funcionamento real de sua economia específica, justamente em nome da literatura declarada pura, livre e universal (CASANOVA, 2002, p.26).

A vida ordinária que se vive nos pormenores do universal literário durante muito tempo não foi objeto de uma investigação de seus ritos de escrita, mecanismos de aquisição de capital cultural específico para tal fim, questões relacionadas à língua, etnia, gênero e classe, região e continente, tradições linguísticas, técnicas, tecnológicas e culturais diversas.

Com os *insights* instigantes da discursividade literária de Dominique Maingueneau e da “Invenção da literatura” de Pascale Casanova, encontro-me com a pesquisa “A personagem no romance brasileiro: 1990-2004”, coordenada por Regina Dalcastagnè (2012).

Analisando faixa etária, orientação sexual, principais ocupações de brancos e negros e estrato socioeconômico das personagens nas narrativas de ficção publicadas por três grandes editoras nacionais, a autora demonstra que a literatura brasileira contemporânea “nos exprime não apenas pelo que diz, mas também por aquilo sobre o qual cala. Os silêncios da narrativa brasileira contemporânea, quando nós

conseguimos percebê-los, são reveladores do que há de mais injusto e opressivo em nossa estrutura social” (DALCASTAGNE, 2012, p.59).

Meu interesse nesse silenciamento, que estou chamando de processos de secundarização, não se dá pela mudez nem pela carência, mas pela potência, pela tagarelice produtiva dos personagens secundários que atravessam as narrativas. Creio que é possível encontrar no resistente realismo da literatura de multidão o rastro de um outro invisível, “irreal”. Através destas narrativas urbanas, a um só tempo cosmopolitas e territorializantes, vejo modos de vida que firmam alianças no espaço circunscrito da velha nação, para fins de otimizar suas demandas na estrutura jurídica desigual do Estado brasileiro, e que produzem à revelia do silenciamento que lhe é imposto.

A literatura de multidão demonstra a potência dos pobres conectados a redes de direitos internacionais e de exportação de formas de vida alternativas e de demandas internacionais dos excluídos (SANTIAGO, 2004) e que não podem ser tratadas no quadro apenas “imaneente” do texto e de sua lógica de sentido.

Literatura menor?

Gilles Deleuze e Félix Guattari (1977) chamaram de “literatura menor” escritas que compreendiam 3 demandas políticas: 1) da língua, o que uma minoria faz numa língua dominante; 2) das relações de subjetividade, a centralidade configurante do meio e das relações sociais, em detrimento de aspectos individualizantes; 3) da divisão do trabalho intelectual, a força pressionante dos agenciamentos coletivos, dentre os quais o próprio campo literário, e seu “poder disciplinar”:

[Na literatura menor] tudo é político. Nas “grandes” literaturas, ao contrário, o *caso individual* (familiar, conjugal, etc.) tende a ir ao encontro de outros casos não menos individuais, servindo o meio social como ambiente e fundo; embora

nenhum desses casos edipianos seja particularmente indispensável, todos “formam um bloco” em um amplo espaço. A literatura menor é totalmente diferente: seu espaço exíguo faz com que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual se torna então mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, na medida em que uma outra história se agita nele (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p.26).

A literatura moderna dominante, a seguir a formulação dos autores, opera em torno de individualidades. O problema-casmurro de Machado de Assis: incapaz de dar conselho (Walter Benjamin), o escritor não pode partilhar experiências, segrega-se.

Não que na literatura menor não haja nem indivíduos nem singularidades, é o estatuto deles que se modifica, os casos particulares tornam-se políticos e coletivos.

Contudo, no mais das vezes a literatura menor é a vanguarda artística, a alta literatura de Franz Kafka, por isso a literatura de multidão não é, sob este aspecto, uma “literatura menor” nos termos de Deleuze e Guattari. É que o realismo permanece como pacto semiótico de base, diferente das vanguardas que recusaram, de diversas maneiras e por diversas razões, as formas de realismo anteriores.

Leio estas narrativas, como já disse, à revelia delas mesmas, e encontro sujeitos que não se configuram num Eu, mas naquilo que partilham num devir-Nós ou multidão, num devir-Com: 1) que não se deixa enquadrar, que se recusa a ser sobredeterminado de fora por identidades apriorísticas, tais como a dos Estados-Nações e das teorias raciais e sexuais; 2) redes sociais que se atravessam, econômicas, jurídicas, estéticas, políticas, de classe, de orientação profissional e afetiva; 3) literatura-ponte, fronteira e liminar, feita por escritas-pontes, que ligam, violentamente, a tradição literária das elites intelectuais e as formas de vida das massas urbanas.

Para lembrar Roman Jakobson, a literatura de multidão não é “poética”, é fática, tactiliza a língua pelo contato, ela fala de boca cheia.

As mudanças na ordem dos saberes redefinem a relação que temos tido com os signos e deles com a realidade. Nunca estivemos tão rodeados de linguagem, nunca tudo teve tanto sentido – “*As coisas não têm paz...*” –, e a experiência se fazendo exige, para certos grupos e parcelas da realidade, uma outra semiose.

Márcio Seligmann-Silva sugeriu que, no limite, toda literatura é literatura de testemunho (SELINGMAN-SILVA, 2003). Digo: em toda parte só há “realismo”, pois ninguém flutua à história, à experiência sentida na própria carne, e só através dela.

Uma leitura heterodoxa das três categorias cenopitagóricas da semiótica de Peirce ajuda a diferenciar o realismo da literatura de multidão, que chamo de indicial, de outros dois. Ele é de um terceiro tipo, diferente de:

1) um que opera uma reterritorialização pela conformação do signo ao visível, que quero chamar aqui de realismo icônico, melhor desenvolvido pelo romance do século dezenove em suas diversas configurações.

2) Outro que chamo de simbólico, o do grande romance modernista, opera por processos de semiotização radical, pela exploração dos potenciais estéticos imanentes, por graus zero da língua, que problematiza toda relação ingênua com o real e que consiste num realismo no qual o objeto do signo é outro signo, cuja desterritorialização radical remete a literatura a ela mesma enquanto pesquisa constante dos potenciais da linguagem e, por extensão, ao problema filosófico da pertinência da linguagem para dar conta do real.

O símbolo, nas palavras de Daniel Bogueux, “reprime o índice, suprime os sentidos (as sensações) em proveito do sentido (a significação)”. O ícone opera por similaridade e analogia, ele junta-se ao mundo como reflexo de sua, do mundo, aparência.

Ambos, icônico e simbólico, são contemporâneos, respectivamente, da forma-Estado e da forma-Sujeito, dois estágios do capitalismo moderno.

Muito se disse que as grandes obras do modernismo romperam com as diversas formas do realismo. Mas isto é só uma meia verdade,

os grandes projetos literários do modernismo romperam com um certo realismo, que aqui estou chamando de realismo icônico, tal como praticado pelo romantismo e pelo naturalismo, mas inventa outro realismo, a fim de responder a outro problema próprio de um outro estágio do capitalismo e do desenvolvimento das técnicas de produção discursiva só plenamente realizadas no século XX, e que recusa a transparência do real em prol da exploração de processos de construção, crítica, deste mesmo real via linguagem.

A autonomia da linguagem artística pressuposta no realismo modernista coincide com o próprio processo de construção da autonomia do campo literário enquanto tal e com a própria expansão do letramento. O cruzamento de tudo isso merece sempre uma atenção especial.

O realismo indicial da literatura de multidão é de outro tipo. Funciona por contato e fusão, é um realismo sensacionista, no melhor sentido pessoano. Ele é, tenta ser, um vestígio sensível da realidade que descreve, tanto na forma do gênero quanto da utopia de uma representação mais rítmica e fática que visual ou simbólica.

Ele opera por *dessimbolização*, por outras dimensões da relação não só entre signo e objeto, mas entre língua e cultura.

Em seu desenvolvimento, foi preciso que o indivíduo, assim como a civilização, conseguissem arrancar-se aos contatos primitivos para aprender a abstração, a combinatória simbólica e os números. O pólo simbólico se define com o do desligamento, portanto, da circulação ótima, mas trata-se de um pólo “frio”: a mensagem verbal ou digital, em geral, é abstrata, portanto, mais móvel, embora impessoal até mesmo desumana. Essa abstração culmina viajarem longe de sua fonte, ou cuja verdade é independente das condições enunciação. No entanto, essa pretensão à universalidade se paga com renúncia ao sensível. Inversamente, a camada indicial designa essa conaturalidade pela qual os signos criam

vínculos e nos atingem: relações físicas e energéticas, corpo a corpo estéticos, magmas do afeto ou “processo primário” freudiano... Uma carícia, um olhar, um grito são mais “quentes” do que a respectiva paráfrase; um índice é o pólo fusional dos contágios, expressões emotivas, vestígios e metonímia em geral: é, por excelência, *o que leva à massificação* no indivíduo e também nos indivíduos entre si (BOUGNOUX, 1999, p.68).

Para dar conta do realismo indicial da literatura de multidão, recusemos o positivismo da própria obra, crente na possibilidade de enquadrar o real, mas também um relativismo *blasé*, que quer resolver o problema da representação dando as costas ao real.

Algumas pesquisas instigantes têm tomado estas narrativas como *corpus* de análise e têm proposto um olhar crítico a respeito do seu caráter ideológico e pouco literário. Tânia Pellegrini (2008) e Ângela Dias (2008) questionam o que chamam de “volúpia de captação do real” em parte da literatura brasileira contemporânea, exatamente a que aqui chamo de literatura de multidão.

Para elas, tal volúpia empobrece a dimensão ficcional do relato no qual sobressai o testemunho e um certo biografismo. No entanto, de certo modo, é da recusa da legitimidade do ficcional que se nutrem estes narradores e seus personagens, estes enredos, seus lugares e espaços de troca.

Se a modernidade abriu a crise da representação e da crença no real, a permanência do realismo indicial põe em crise a própria ficcionalidade. Parece-me que o que mais incomoda a crítica leitora desta literatura é o caráter “cru e cruel” deste realismo, um realismo que designa

A carne escorchada e ensanguentada: ou seja, a coisa mesma privada de seus ornamentos ou acompanhamentos ordinários e reduzida assim a sua única realidade, tão sangrenta quanto

indigesta. Assim, a realidade é cruel – e indigesta – a partir do momento em que a despojamos de tudo o que não é ela para considerá-la apenas em si mesma (ROSSET, 2002, p.18).

O que a “moral da crítica” brasileira contemporânea rejeita não é “o imoral, o injusto, o escandaloso, mas sim o *real* – única e verdadeira fonte de todo escândalo” (ROSSET, 2002, p.25).

Um realismo sempre “insuficiente e incerto”, que pressupõe a carne mesma da multidão, que precisa desmetaforizar, desficcionalizar a literatura para dar conta de um real doloroso e irremediável. Ele produz um duplo movimento, para fora da literatura em busca do comum da vida cotidiana; para dentro dela recusando sua excessiva literariedade.

Se devir-Homem é a “forma de expressão dominante que pretenda impor-se a toda a matéria” (DELEUZE, 2004), diria devir-Realismo, o devir-Multidão só se torna força quando retorna a uma forma outra de realismo cujas relações com um devir dominante precisa a todo momento ser estrategicamente colocada.

O devir-Multidão é um devir de devires não-dominantes, que precisam posicionar o e posicionar-se no quadro do devir-Homem, o dos realismos, icônico e simbólico.

Como pesquisadores da literatura, devemos avaliar seu retorno à dupla articulação, à maneira denotativa, à mentira da transparência do objeto no signo, comum a todo realismo, mesmo quando este objeto é a própria literatura, como no realismo simbólico. Mas esta mentira da transparência aparece reconfigurada por um excesso de real, de um real perfurante, “cruel” e vingativo, eivado de preconceitos e animalização dos personagens, mas potencialmente rico em demandas históricas profundas.

O devir-multidão se nutre de uma potência de signo que não se separa completamente de seu meio-ambiente, de um verbo que volta a encarnar-se, não para ascender ou transcender, mas para acender, pôr-fogo, e afundar-se numa vibração que recusa o corte semiótico e se

rebela contra a ordem simbólica. Trata-se de um realismo vertiginoso, que não re-presenta, autentica uma função arcaica e faz regressar o “homem humano” ao elementar de um presente inalienável. É um realismo do déficit, semiótico, cultural, moral, que tenta imprimir no signo o mundo, a coisa, o ato, e atesta a falência da linguagem como metonímia da razoabilidade, da lei e da ordem.

Se o realismo literário, icônico e simbólico, produz um adestramento na instituição literária, sob este aspecto transformando o literário numa questão de *pet shop*, o realismo do índice é um caso de “Estado” e de “Segurança pública”. Ele faz cruzar a escrita e a imediaticidade do real que se reterritorializa não pelo visual, mas pela taticidade do vivível. Ele encena relações e não identidades, pois é uma literatura *in loco*, espacial num sentido diverso do romance-de-espço do século XIX, que denuncia a crise e a ascensão do individualismo moderno e de sua relativa inadaptabilidade às transformações socioeconômicas de seu tempo.

Para pensar nestas obras o que elas potencializam de um “fazer nascer em nós uma terceira pessoa que nos retira o poder de dizer eu” (DELEUZE, 2004), precisamos adentrar este real, inimizá-lo, torná-lo “irrespirável”, não para mostrar o grau de verdade da obra e de seu modo de representação, mas para trazer ao primeiro plano os processos que estão nela secundarizados e/ou clichêizados.

Através do realismo, a forma dominante do devir-Homem, posso descontinuar nestes subalternos da própria narrativa a “invenção de um povo que falta”, pois as recordações e os significados que o signo vicário traz potencializam “destinos coletivos”, “lugares-comuns” e “pontos de encontro e contato”, a despeito da ideologia do autor e de seu personagem principal.

REFERÊNCIAS

BOUGNOUX, Daniel. Meios ambientes, mídia, midiologia. In: **Introdução às ciências da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p 29-45.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, 436 p.

COCCO, Giuseppe. **Mundo braz**: o devir-mundo do Brasil e o devir Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COCCO, Giuseppe. **Giuseppe cocco fala sobre o conceito de multi-dão e os movimentos sociais**. Rev. Eletrônica Portas. V. n. 1 (2007). Disponível em http://www.ess.ufrj.br/nucleos/nucl_labtec.htm. Acesso em 20/07/2012.

DALCASTAGNE, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um espaço contestado. Belo Horizonte: Horizonte, 2012.

DALCASTAGNE, Regina. **A personagem no romance brasileiro contemporâneo**. Disponível em http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7380/1/ARTIGO_PersonagemRomanceBrasileiro.pdf. Acesso em 20/03/2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka, por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DIAS, Ângela Maria. Cenas da crueldade: ficção e experiência urbana. In: DALCASTAGNE, Regina (Org.). **Ver e imaginar o outro**: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea. São Paulo: Horizonte, 2008.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1998, 247 p.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**. Buenos Aires: Amorrortur, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. As condições de uma análise do discurso literário. In: **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEGRI, Antonio. **Por uma definição ontológica da multidão**. Revista Lugar Comum n. 19-20, 2005.

PELEGRINI, Tânia. **Despropósitos**: estudos de ficção brasileira contemporânea. São Paulo: Annablume, 2008.

PELEGRINI, Tânia. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. In: DALCASTAGNE, Regina (Org.). **Ver e imaginar o outro**: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea. São Paulo: Horizonte, 2008.

ROSSET, Clément. **O princípio de crueldade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, 252 p.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: UNICAMP, 2003.

SARLO, Beatriz. Épica de la multitud o de consolación por la filosofía. *Punto de vista*, 73, Buenos Aires, ago. 2002.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIRNO, Paulo. **Gramática da multidão:** para uma análise das formas de vida contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente:** exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002, 314 p.